

O MAIS-QUE-PERFEITO NO PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA ABORDAGEM SÓCIO-FUNCIONALISTA

Sivonei Ribeiro Rocha (PPGLIN/UESB)

civase@hotmail.com

Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)

adavgstvm@gmail.com

Valéria Viana Sousa (UESB)

valeriavianasousa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste trabalho é refletir sobre os usos do mais-que-perfeito na língua portuguesa. Nesse sentido, discutimos como se deu a escolha da forma composta (ter/haver +particípio) em detrimento da forma simples. Como percurso metodológico, vamos utilizar estudos diacrônicos, iniciando pela origem latina da forma do mais-que-perfeito simples, perpassando por sua configuração no português arcaico. Em seguida, demonstraremos com os primeiros gramáticos descreveram as formas do mais-que-perfeito e como a tradição gramatical tratou a questão até os nossos dias. No presente recorte, apresentamos considerações sobre o uso do mais-que-perfeito da língua popular, recorrendo, mormente, ao estudo de dialetólogo como Marroquim (1933). Além disso, discutimos a definição de tempo em gramáticas prescritivas, bem como as deficiências na fixação da ideia de tempo em função do mais-que-perfeito, para em seguida, apresentar alternativas para sanar os equívocos apresentados. Na contemporaneidade, acreditamos que o mais-que-perfeito, tanto na forma simples como na composta, apesar de representarem passados absolutos, ou seja, como originado e concluído no passado, dependam de estruturas adjacentes, como advérbios de tempo, para que assim, tornem-se funcionais (NEVES, 1997). Nesse sentido, empiricamente, vamos utilizar dados do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo/CNPq), do qual foram selecionados 6 informantes, 3 homens e 3 mulheres, nas faixas etárias I (de 15 a 25 anos), II (de 26 a 50 anos) e III (com mais de 50 anos de idade), com grau de escolaridade (sem escolaridade ou até 5 anos de escolarização). Para tanto, apresentamos os esquemas estruturais que delineiam as construções em que figuram o mais-que-perfeito. Por fim, verificamos que o mais-que-perfeito pode ser definido como um pretérito absoluto dependente, e que, correlato a isso, vemos que as gramáticas prescritivas modernas levam em conta apenas a noção de tempo. Ademais, fatores funcionais levaram à pouca frequência do mais-que-perfeito simples e a seu desaparecimento no português popular.

DESENVOLVIMENTO

1. A MUDANÇA LINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA DA SOCIOLINGUÍSTICA E DO FUNCIONALISMO

A sociedade e a língua mudam com o tempo. Dentro dos estudos linguísticos, procurando ver como a mudança linguística ocorre, no século XX, surge o

Funcionalismo, que é uma perspectiva teórica que estuda a relação entre forma e significado no interior do sistema, juntamente com o exterior, entendendo com isso, o modo como os falantes realizam a língua, que é atrelada aos papéis que ocupam na sociedade. Assim: “(...) a função comunicativa da linguagem, que inter-relaciona forma e significado dentro de um sistema linguístico, também relaciona tal sistema à cultura e à sociedade a cujas necessidades ele serve” (LYONS, 1987, p. 155). Neste sentido, podemos pensar que a mudança é inevitável a todo sistema linguístico: “As mudanças temporais são parte da história das línguas” (ALKIMNIN, 2001, p. 33.). Da compreensão da mudança linguística, inferimos diferentes estados de língua através do tempo. Os vestígios destes diferentes estados vão se manifestando ao mesmo tempo, pois como Saussure (2006) afirmou, a língua é ao mesmo tempo passado e presente.

É claro que a mudança linguística obedece ao sistema da língua. Todavia, esta ação é feita pelos falantes. O falante realiza aquilo que o sistema permite, mas é o homem que escolhe entre as várias possibilidades que possam existir. Neste sentido, acreditamos que a mudança só pode ser compreendida na relação língua/sociedade, pois conforme Silva (2005), a língua está ligada à heterogeneidade de seus falantes, pois a escolha desta ou daquela expressão assume diferentes papéis a depender de quem fala. Assim, podemos falar em uma motivação interna, ou seja, dentro da própria língua, e outra externa, representada pelos falantes. Deste modo, podemos ver que não existe a língua ideal, como talvez possamos depreender num olhar normativo. Nosso olhar passa a ser outro: o de que toda língua em uso é uma modalidade variacional. Imaginar uma língua autônoma, separada dos falantes é imaginar uma língua irreal.

Para que haja mudança é necessária também a existência da variação. Isso significa a coexistência de duas formas para uma mesma função e com o mesmo valor de verdade, em termos labovianos. Por um momento, as duas formas coexistem em uma espécie de competição, até que uma vence a outra, sobrepondo-lhe como preferência por parte dos falantes: “Visto que é antieconômico para os falantes de uma língua terem duas variantes de uma mesma palavra, a tendência é que apenas uma delas sobreviva.” (CAMACHO, 2001. P. 54). Acreditamos, por exemplo, que o desaparecimento do tempo verbal mais-que-perfeito simples do português popular do Brasil deu-se em decorrência do esvaziamento da forma/função que sofreu, possibilitado por outros recursos que estiveram a disposição do falante.

2. A DEFINIÇÃO DO MAIS-QUE-PERFEITO NAS GRAMÁTICAS PRESCRITIVAS

As gramáticas normativas como as escritas por Cegalla (2005), por Cunha e Cintra (2008); por Mesquita (1999) e por Houaiss (2008) limitam a dizer, quando definem o mais-que-perfeito, que se trata de um tempo derivado do pretérito perfeito do Indicativo. Em seguida, descrevem como este tempo se forma. Os dois primeiros apenas reafirmam de outro modo a definição, argumentando que é um tempo formado a partir do tema do pretérito perfeito. Cunha e Cintra (2008), Mesquita(1999) e Houaiss (2008) chamam atenção à junção do morfema temporal (-ra) mais as desinências pessoais (número-pessoais). Rocha Lima (2006) não define o mais-que-perfeito, diz apenas que se trata de uma modalidade de pretérito, que por pretérito ele chama de expressão verbal anterior ao tempo da fala. Em seguida, todas as gramáticas exemplificam uma série de verbos, seguindo o paradigma de conjugação de todas as seis pessoas. À exceção de Rocha Lima, que não define a função específica de anterioridade do mais-que-perfeito,

todos os outros gramáticos assinalam que se trata de uma forma verbal que representa uma ação anterior a outra ação também passada. Todavia, que outras definições podemos dar à noção de anterioridade exercida por um verbo? Um verbo pode indicar só ação? Ele também não indica estado? Por que tais definições mencionam apenas a ação? Conforme Coan (1997), tal definição precisa ser mais bem esclarecida.

Todas as definições de verbo das gramáticas analisadas levam em conta apenas o tempo. Mas será que um verbo possui outros pontos de vistas, por meio dos quais, podemos expandir sua definição? É comum as gramáticas normativas apresentarem exemplos contra sequencial: “Quisera saber o motivo, mas a governanta apenas franzira os lábios” (MESQUITA, 2001, p.300). Isso é explicável pelo fato de ser este tempo verbal anterior a outro fato também passado. Assim, podemos defini-lo como um tempo narrativo, pois sua função fica hierarquizada dentro da narração, daí uma possível explicação pela troca que o falante faz ao utilizar outros tempos para decodificar a função de anterioridade.

Coan (1997) chama atenção para o fato de que os exemplos de mais-que-perfeitos nas gramáticas estão em dois tipos de orações: ou são adverbiais temporais ou substantivas completivas. Isso significa que o ambiente de funcionalidade, no que diz respeito à norma gramatical, é condicionado.

Acreditamos que, com o processo de desaparecimento do mais-que-perfeito simples, a língua passou a expressar a função de anterioridade de outros modos, mas que estruturas são essas que possibilitam esta ação? Sabemos que o universo de atuação da língua, quando em uso, é muito maior. Ela não está presa a uma única regra, sendo pois maleável. Mas isso também não faz dela um caos. Para exemplificar isso, vejamos este exemplo trazido por Coan (1997): “*Eu antes ESTUDEI até o ginásio. Depois de dez anos, ai eu FIZ o segundo grau*”. Reparemos que “*estudei até o ginásio*” é uma ação que ocorre antes de “*eu fiz o segundo grau*”. Temos aqui um exemplo de função de anterioridade do mais-que-perfeito sendo realizada, mas codificada por outra forma verbal. Nisso suspeitamos que devêssemos estudar antes a função do que a forma, pois enquanto essa se perde no português corrente, a função pode continuar, no entanto, com outra roupagem. A forma verbal do mais-que-perfeito ficou circunscrita à escrita, ao passo que a função desta forma permanece na fala, todavia, com a ausência da forma simples. Deste modo torna-se necessário averiguar o nível de escolarização dos falantes em potencial em um suposto estudo destas funções.

Assim, pelo que foi dito até aqui, acreditamos que há na literatura gramatical definições que não dão conta da conceituação do mais-que-perfeito, pois nem sempre forma e função andam juntas. Tal deficiência é significativa, quando vemos que a norma gramatical levou em conta apenas o tempo, esquecendo-se de outros componentes importantes para um entendimento mais preciso. Deste modo, necessitamos fazer um percurso diacrônico, a fim de ver o modo como no passado este tempo verbal era classificado. Veremos isto na próxima sessão.

3. DO LATIM AO PORTUGUÊS, COMO FICOU O TEMPO VERBAL MAIS-QUE-PERFEITO.

Na passagem do latim vulgar para o português, houve uma nova configuração na organização dos tempos verbais. Neste sentido, segundo Said (1966), a combinação de um verbo relacional (auxiliar) passou a surgir próximo a um verbo nocional (verbo de sentido pleno). Esta relação, disseminando-se entre os falantes, deu origem ao tempo composto, que hoje é a união do auxiliar ter + particípio. Assim conforme Coutinho

(1976) e Nunes (1945), houve a conservação de muitos tempos verbais do latim vulgar ao português, todavia o surgimento de novas funções foi necessário, ao passo que também houve o desaparecimento de outras, o que fez com que, segundo eles, tornasse “necessária a criação de novos tempos para os substituir” (COUTINHO 1976, p. 275). Entre estes novos tempos está o tempo composto. Em relação ao mais-que-perfeito, diferentemente do que ocorreu com outros tempos verbais, houve paulatinamente uma competição entre a forma simples e a forma composta. Mas será que esta competição só ocorreu entre estas duas formas? Cremos que houve outras, como advérbios de tempo e outras formas verbais de pretérito.

Conforme Coan (1997) e Mattos e Silva (2001), entre os séculos XIV e XV houve um uso mais constante do sistema de tempos compostos, que, de início, eram constituídos de *habere* mais particípio passado, forma composta do mais-que-perfeito simples. A partir do século XVI, o verbo teria passado a assumir as características de auxiliar, passando a ter outro sentido além de posse. Conforme Coan (1997), já em 1540 João de Barros já associava o particípio ao verbo *ter*, ao passo que o verbo *haver* se referia apenas ao futuro. Hoje em dia, não é mais comum o uso do *haver* como verbo auxiliar em tempo composto dos verbos da língua portuguesa. Assim, não o levamos em conta neste estudo, vamos nos concentrar apenas na forma composta, formada de (*ter* + particípio).

Como já foi dito, acreditamos que as formas compostas e simples competiram entre si, com valor de variação para uma mesma função. Assim, no início do século XX já dava sinais de que esta competição teria eliminado o mais-que-perfeito simples da língua, ficando apenas na escrita: “o mais-que-perfeito simples (*cantara*, *tivera*) confinasse na língua escrita e somente com seu sentido temporal” (TEYSSIER, 2007. p. 90). Segundo Teyssier, o mais-que-perfeito, no século XX, passou a ser visto mais em seu sentido temporal nas gramáticas que, a partir de então, surgiram. Isso nos leva a crer que séculos anteriores, o uso deste verbo era outro, além da noção temporal, surgida com as gramáticas normativas na modernidade: “No latim, existiam três tempos: presente, passado, futuro, mas esta categoria estava entrelaçada com a do aspecto” (CABRAL, 1982. p. 128). A noção de aspecto, ainda segundo o autor: “serve para representar a duração de uma ação”. Esta perda do valor aspectual teria possibilitado a perda da relação de anterioridade do mais-que-perfeito, visto que o objetivo agora não seria mais estabelecer a duração, mas o antes e depois de uma ação, focando a ação em si, e não a relação que ela teria com as demais na sentença.

Para fazer diferenciação entre os tempos derivados do presente e os derivados do passado, as gramáticas latinas utilizam dois sistemas de tempo: o *inflectum* e o *perfectum*. Ilari (1992) chama a atenção para o fato de que esta terminologia define não o valor temporal dos tempos verbais, mas sim o aspecto: *inflectum* significava ação inacabada, ou seja, dava ideia de um processo, ao passo que o *perfectum* significava ação completada. Para Ilari, os valores primitivos dos tempos verbais latinos eram um tanto diferentes do que sugerem as traduções românicas. Segundo ele, *vixit*, por exemplo, apesar de ser traduzido por viveu, era tido como sujeito da oração que completa o ato de viver, ou seja, ele viveu até o fim. A ação não era representada como passada, mas acabada no momento da fala: “A perda da distinção de aspecto ajuda a explicar por que certas formas se tornaram dispensáveis, como no caso já citado do subjuntivo e mais-que-perfeito.” (ILARI, 1992. p. 98). Assim, conforme o linguista, a perda de oposição entre os dois sistemas fez com que se recorresse ao valor temporal, localizando a ação no tempo, no momento em que ocorre o fato. Esta pode ter sido a explicação para a opção pela forma composta do mais-que-perfeito. Mas, se é assim, por que o mesmo não ocorreu com outros tempos verbais? Vale lembrar que o mais-que-

perfeito representa o passado de outra ação já passada, assim, o falante teria mais esforço em localizar a ação anteriormente à outra. Deste modo, a solução foi usar outros recursos, como o uso de verbos do pretérito perfeito, pois eles apenas ditam que a ação é passada. Além de utilizar, em maior recorrência, a forma composta, pois esta focaliza ação no momento do evento. Estas considerações fazem-se necessárias para que em seguida possamos verificá-las nas análises que faremos dos dados.

4. A FUNÇÃO DE ANTERIORIDADE SEGUNDO OS DIALETÓLOGOS

Para este estudo foram consultados dois dialetólogos: Amadeu Amaral e Marroquim. Consultar a dialetologia faz-se necessário ao cogitarmos a hipótese de que a realização da função de passado anterior a outro passado, própria do tempo verbal mais-que-perfeito, esteja realizada, de modo específico, ou em maior escala, a um grupo dialetal.

Amaral (1976) não menciona o mais-que-perfeito quando trata do dialeto caipira, variedade de língua usada em São Paulo por volta do início do século XX. Quando fala sobre tempo verbal, o autor leva em conta apenas o imperfeito do indicativo. No entanto, Amaral argumenta que há expressões que podem desempenhar circunstâncias de tempo:” Assim, dizemos: "Fui lá numa segunda-feira" - "No dia 5 ele virá" (AMARAL, 1976. P. 35).

Marroquim (2008[1934]) afirma que o povo desconhece completamente a forma do mais-que-perfeito, no entanto, assevera que resquícios ficaram “ossificadas”, como em (os exemplos pertencem ao dialetólogo e lhe respeitamos a forma de escrita): “quem me déra que o açúcar desse preço!”, “tomára te pegá de novo róbando”. (MARROQUIM, 2008[1934]), p. 88). Para Marroquim, os exemplos claramente demonstram: a) perda de significação do valor “real” do tempo, b) assunção de outro sentido.

ANÁLISE DOS DADOS:

1. CONHECENDO UM POUCO SOBRE VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

Vitória da Conquista é uma cidade baiana, de médio porte, situada no sudoeste do estado. A cidade é destaque no nordeste como uma das que mais cresce em nível populacional, que, segundo o último censo do IBGE de 2014, é de um total de 340. 199 habitantes, o que faz dela a terceira maior do estado. É considerada a capital de uma região que abrange 80 municípios.

2. ANÁLISE DA COMUNIDADE DE FALA

Os dados que analisaremos agora são, como já foi afirmado, de utentes que moram em Vitória da Conquista - BA. Procuramos ver como os falantes realizam a função de anterioridade, ou seja, um passado anterior a outro também passado.

Em razão disso, levamos em conta não apenas a forma verbal, mas também outras formas apresentadas que executam a mesma função. Os dados fazem parte do *Corpus* do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em

Sociofuncionalismo/CNPq, do qual foram selecionados 6 informantes, 3 homens e 3 mulheres, nas faixas etárias I (de 15 a 25 anos), II (de 26 a 50 anos) e III (com mais de 50 anos de idade), com grau de escolaridade (sem escolaridade ou até 5 anos de escolarização).

A pouca ou nenhuma escolarização será útil se levarmos em conta que a presença de alta escolaridade poderia explicar uma possível ocorrência do mais-que-perfeito influenciado pela escrita. Por conseguinte, a função de anterioridade, podendo ser perceptível na fala de utentes sem escolarização, evidenciaria o uso sem interferência de maior monitoria. Considerando que o acesso à educação a uma quantidade maior de pessoas é relativamente recente na história do país, acreditamos que a ausência de educação formal indicaria o estado de língua que perdurou em sua maior parte na história do português popular do Brasil. E como nossa tarefa é evidenciar os indícios que substituem a forma, mas permanecendo na mesma função, faz-se mais útil voltarmos nosso olhar ao português popular.

Vejamos, de início, um trecho de uma entrevista realizada com uma mulher de 96 anos de idade

“Aí chegou ni Pedra Azul e falô pros Almeida, né, que era um povo muito rico que tinha lá ni Pedra Azul. Aí eles mandô ligêro sabê se eles tinha me xingado”. Vimos que é possível perceber uma relação de passado anterior a outro passado entre *“Aí chegou ni Pedra Azul”* e *“falô pros Almeida”*.

A ação de chegar ocorreu antes de falar, no entanto, elas não são marcadas por mais-que-perfeito. Ambos os verbos, tanto da primeira quanto da segunda oração, são do pretérito perfeito. Além disso, temos um marcador adverbial *“ai”* que age como introdutor oracional.

É possível observar que o uso do *“ai”* marca o início de cada evento. É como se o falante quisesse dizer: em seguida veio isso, depois isso, depois aquilo. Neste caso, *“ai”* age como um recurso que marca o antes e o depois de cada fato a ser narrado, não estabelecendo *contrasequencialidade*, ou seja, o falante procura marcar a ordem em que os fatos realmente aconteceram. É uma espécie de introdutor sequencial.

Além disso, percebemos que as orações em que aparecem a situação temporal própria do mais-que-perfeito são do tipo coordenadas. Não seria este um forte *potencializador* para competir com o verbo mais-que-perfeito no uso de suas atribuições funcionais? Acreditamos que sim.

Nas duas últimas orações: *“Aí eles mandô ligêro sabê se eu tinha me xingado”* ocorrem novamente a presença do *“ai”*, ao passo que na segunda oração, que é subordinada, tem o mais-que-perfeito composto *“se eles tinha me xingado”*. É neste sentido que Lima-Hernandes (2011) afirma que há condicionamentos aos contextos em possibilitam o aparecimento de determinadas estruturas. Pelo exposto, em contextos de variação, a forma vencedora será a que mais possuir expressividade na relação com as partes adjacentes. Vemos, por exemplo, que *“tinha me xingado”* seria cambiável por *teriam me xingado*, visto que a presença do *se* abre a perspectiva da possibilidade. Em tal contexto, o mais-que-perfeito assume um sentido irreal. Vemos que a presença da forma verbal *tinha me xingado* faz-se em uma oração subordinada objetiva direta, ao contrário de quando aparece o pretérito perfeito com a função de anterioridade, como vimos no exemplo do primeiro falante.

O exemplo seguinte, realizado ainda pelo mesmo falante, ilustra bem o uso do *ai* como marcado de sequencialidade:

“Aí... aí eu cheguei lá tá os me... eles brincano com Cida, eu falei: “Onde é que vocês achô essa menina.”, aí ele disse: “A muié passô aqui e mandô entregá a senhora.”, {risos} aí eu fiquei dano garapa a ela de noite. Tinha três meses.

Levando em conta o entorno que envolve o falante, segundo Silva (2005), vemos que a função da língua está atrelada a heterogeneidade de seus falantes. Assim, a falta de escolaridade e a idade avançada são caminhos a se levar em conta, pois o falante em questão possui quase cem anos de idade, e se pensarmos que a escolarização em massa é algo recente na história do país, pois há somente algumas décadas que o ensino passou a ser acessível a pessoas de classes baixas, podemos criar possíveis hipóteses que gerariam essas motivações de fala.

Vejam os dados da fala de um homem de 76 anos, mas que, ao contrário da primeira informante, analisada acima, teve acesso ao primeiro ano do ensino fundamental: “*Ele... ele vêi casá eu já... já tava casand tomém, ou já tinha casado*” Neste trecho “... *já tava casand tomém, ou já tinha casado*”.

Percebemos que há o entendimento em assinalar se um evento veio antes ou depois do outro. Aqui já não há a presença de advérbios de tempo, tipo “*ai*”, como foi visto no anterior, que possam substituir a presença do mais-que-perfeito. A forma *já tinha casado* evidencia-se em uma oração coordenada sindética alternativa. Assim, a hipótese anterior, de que a forma do mais-que-perfeito apareceria com mais frequência em orações subordinadas, ao passo que formas do pretérito perfeito, com a mesma função do mais-que-perfeito apareceria em orações coordenadas, parece cair por terra, mas vale ressaltar que a oração “*ou já tinha casado*” aparece como uma hipótese. Além disso, o falante põe em dúvida a sequência dos fatos, estabelecendo uma contrassequencialidade. O informante não tem certeza do que diz. Assim, a menor assertividade por parte do falante geraria orações deste tipo. Outro dado importante é que este informante possui maior acesso à escola, talvez saiba ler, o que em tese explicaria seu acesso a estas estruturas contrassequenciais. A escolha de dois falantes com idades acima de 70 anos faz-se necessária para verificarmos, ao comparar com dados de falantes mais novos, como o processo de permanência da função aparece em diferentes faixas-etárias, o que evidenciaria influências de épocas distintas no uso da língua.

Agora, passemos a analisar as faixas etárias de 26 a 50 anos, com o mesmo intuito que tivemos acima, ou seja, evidenciar quais resquícios aparecem substituindo a função de anterioridade do mais-que-perfeito.

O primeiro informante é um homem de 26 anos, escolarizado até a 3ª série, natural de Vitória da Conquista e que nunca saiu da cidade:

“*É, foi aonde eu achei a paz, né? Na época eu tava com uns problema, foi aonde eu fui curado, né? Abaixo de deus foi no cabomblé.*”

Vemos que achar a paz vem depois de ter uns problemas. É claro que o falante não poderia dizer “*tinha achado a paz*”, pois esta paz ele ainda diz ter, mas mesmo assim, a noção de temporalidade de eventos permanece, então, sendo assim, a definição dada pelas gramáticas normativas, ao classificarem o mais-que-perfeito como um tempo passado anterior a outro tempo também passado, pode ser, de igual modo, executado por outras estruturas que, em tese, não possuem a definição formal para esta função. E a visualização desta relação de anterioridade só é perceptível ao olhar o todo da sentença. Deste modo se faz necessário levar em conta, não só o caráter temporal, mas também o valor aspectual, tanto do verbo quanto da sentença. É por isso que fazemos coro com Martelotta e Areas (2003) quando diz que a noção de função é a relação de uma estrutura com o todo. Ela não está situada em uma ou duas palavras. É claro que a presença de advérbios como *aonde; na época* etc. podem contribuir para a interpretação temporal, mas a leitura que informa se o evento ocorre antes ou depois só se dá pela comparação entre duas orações, que no exemplo acima são “*É, foi aonde eu achei a paz, né?*” e “*Na época eu tava com uns problema*”. Neste exemplo, a palavra *foi*, semelhante

ao *aí*, visto anteriormente, executa função de introduzir a sequência narrativa, enfatizando, com intensificação de certeza, que o fato realmente ocorreu. E novamente a relação de anterioridade é estabelecida por verbos do pretérito perfeito. E novamente, a ordem da narração não é a ordem dos fatos, ao contrário da primeira informante, vista acima. Percebemos que há uma simetria de contra-sequencialidade entre o falante de 76 anos e este falante de 26. Ambos tiveram acesso à instrução formal, ainda que só nos primeiros anos..

Continuando, prosseguiremos agora com os dados da fala de uma mulher de 38 anos, analfabeta.

“tinha acho que uns catorze anos, foi antes que meu pai tinha morrido, foi, que eu nunca tinha trabalhado, trabalhava em casa, aí quando meu pai morreu, eu tive a necessidade de trabalhar porque minha mãe num tinha condição de, de, de me dá:”

Notamos que *“tinha acho que uns catorze anos”* é algo que ocorre antes do pai morrer. Note que esta estrutura é apresentada como sendo antes de *“tinha morrido”*, que é uma estrutura do mais-que-perfeito. Esta relação é estabelecida pela presença de *“foi antes”*.

Novamente, a presença da marca temporal do advérbio concorre para a marca de sequencialidade. Outra estrutura que executa igual tarefa é a presença do verbo *“foi”*, que no contexto acima não possui valor semântico de verbo, mas de marcador temporal. Assim como o *aí*, visto acima, o verbo *foi* perde sua extensão semântica original e transforma-se em um introdutor de sequencialidade. A oração *“eu tive a necessidade de trabalhar”* ocorre depois de *“minha mãe num tinha condição de, de, de me dá”*. Nesta última, vemos que *“num tinha condição”* poderia ser trocada por *“não tinha tido condição”*, havendo assim um apagamento do particípio pelo auxiliar, que possui semelhante valor semântico. Isso mostra que o verbo auxiliar em uma estrutura composta é, ao contrário do particípio, aquele que sinaliza o momento do evento. Há semelhanças de emprego do *aí* ou de *fui* como marcador sequencial entre as estruturas realizadas por esta falante, de 38 anos, e a falante de 96 anos, analisada acima.

Agora faremos a última análise das faixas etárias escolhidas neste estudo, abrangendo agora os falantes que tenham idade entre 15 e 25 anos. Isto se faz necessário ao passo que é nosso objetivo verificar que possíveis inovações possam haver entre a fala de pessoas mais novas em relação as pessoas mais velhas.

Observaremos primeiro a fala de uma mulher de 24 anos, que possui nível de escolaridade até a 5ª série: *“eu ‘tava grávida aí [eu] tomei um susto, minha filha nasceu prematura... morreu no dia primêro de agosto e ela nasceu no dia três, meu aniversário foi no dia seis então foi muita atribulação assim... na mesma praticamente na mesma semana.”*. No trecho: *“...minha filha nasceu prematura”* poderia ser expresso por *“tinha nascido”*, visto que a morte veio depois. Vemos aqui um típico caso, como já assinalado por Coan (1997), do uso de um verbo no pretérito perfeito em lugar de um verbo mais-que-perfeito. O importante para o falante é assinalar que o fato ocorreu no passado, e não que ele possa ter ocorrido antes de outro evento. Novamente, como foi visto em exemplos anteriores, a presença de *aí* com valor adverbial, com a função de marcado temporal, aparece interligando o tempo de fatos ocorridos em momentos diferentes. Fica evidente que quando o falante tenta narrar a sequência dos fatos na ordem em que ocorreu, ele tende a usar a forma *aí* como recurso de sequencialidade. Todavia o uso deste recurso só aparece uma única vez no trecho acima, mesmo tendo o cuidado de narrar uma série de fatos. Isto pode indicar que esta falante não tem o costume de utilizar frequentemente este recurso de marcação sequencial.

O próximo informante é um adolescente de 16 anos:

“Noys se conheceu na festa que eu fui. Noys se conheceu foi numa buate que teve aí (eu) fui, meus colega me convidou, aí me chamaram, eu fui. Aí, conheci a menina. O nome dela é Catarina.”

Novamente vemos exemplos de verbos do pretérito perfeito que ocupam o lugar que seria próprio do tempo verbal mais-que-perfeito, pois em lugar de “me convidou” poderia ser *tinham me convidado*, pois é um episódio que ocorre antes de ir a festa.

Do mesmo modo, a segunda oração *eu fui* poderia ser permutada por *havia ido*, visto que é algo que ocorre antes de ter conhecido a festa. Novamente o emprego do *ai* como marcador sequencial como foi visto nos casos acima. Este informante, mesmo sabendo ler, e tendo relativo acesso aos estudos, parou de estudar: “*eu parei porque não gostava de estudar, só vivia na rua*”. Ficando grande parte de seu tempo nas ruas, onde talvez ele entre em contato constante com o português de pessoas não escolarizadas. Isto motivaria este tipo de realização de estrutura.

CONCLUSÃO

Analisando os dados, chegamos à conclusão de que a marcação da função anterioridade a um fato passado pode ocorrer por meio de outras estruturas além da forma verbal do mais-que-perfeito.

Para isso concorre o uso do pretérito perfeito do indicativo. As ocorrências podem ser sequenciais, ou seja, na ordem em que os fatos ocorrem, ou contrasequencial, que ocorrem quando o último fato ocorrido vem em primeiro. Estes são os exemplos que aparecem nas gramáticas normativas, e também são os que ocorrem na fala de pessoas que são mais alfabetizadas, mostradas no estudo.

As pessoas não alfabetizadas, selecionadas para este estudo, tendem a não marcar contraquencialidade, mas sim a sequencialidade, ou seja, elas procuram descrever os fatos pela ordem, para isso elas usam formas que atuam como introdutores sequenciais, como *aí* e *foi*. Este recurso inibe a realização da forma verbal do mais-que-perfeito, visto que ao usá-lo, o falante iletrado realiza a função de anterioridade.

Os dados mostram também que a realização da sequencialidade dar-se por meio de orações coordenadas, nelas o pretérito perfeito aparece substituindo o mais-que-perfeito, e são realizadas por falantes sem escolaridade.

Quando o mais que perfeito composto aparece nas sentenças, ele tende a ser localizado em orações subordinadas, e sendo realizado por falantes que tiveram maior acesso aos estudos. Concluímos também que o fator aspectual do verbo deve ser levado em conta, pois é por meio da percepção de duração dos eventos, bem como de sua relação com o todo, que notamos a função de anterioridade.

REFERÊNCIAS

- ALKMIN, Tânia. Sociolinguística – parte I. In: MUSSALI, Fernando; BENTES, Anna Cristina. *Introdução a linguística: domínios e fronteiras*. 1 ed. São Paulo Cortez, 2001. p. 21-48.
- AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. 3. ed. Prefácio de Paulo Duarte. São Paulo: Hucitec em co-edição com a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.
- ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições melhoramento, 1966.

- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- COAN, Márluce. *As categorias de tempos, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função (ões) – forma (s) em tempo real e aparente* (tese de doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em linguística, 2003.
- _____. *Anterioridade a um ponto de referência passado: (pretérito mais-que-perfeito)*. (dissertação de mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de pós-graduação em linguística, 1997
- CAMACHO, Roberto Gomes. *Sociolinguística: parte 2*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística: domínio e fronteiras*. São Paulo. Cortez, 2001. v. 1
- CABRAL, Leonor Sciliar. *Introdução À linguística*. Rio de Janeiro: Editora Globo. 1982
- COUTINHO, Ismael de Lima Coutinho. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1976.
- FERDINAND, Saussure. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- HOUAISS, José Carlos de Azeredo. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2ª ed. – São Paulo: Publifolha, 2008.
- ILAR, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- LIMA-HERNANDES, Maria Célia. *Indivíduo, sociedade e língua: cara, tipo assim, fala sério*. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.
- LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do nordeste*. Maceió: EDUFAL, 2008.
- MARTELOTTA, M. E.; AREAS, E. K. *A visão funcionalista da linguagem no século XX*. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. *Linguística funcional: teoria e prática*. R. de Janeiro: Faperj/DP&A, 2003.
- MATOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português Arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MELO MESQUITA, Roberto de. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 45ª Ed. –Rio de Janeiro: José Olimpo, 2006.
- Silva, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia*. (tese de doutorado). Florianópolis: Universidade Federal da Bahia, Curso de pós-graduação em linguística, 2005.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativa_dou_2014.pdf. Página visitada em 12 de Setembro de 2014.